

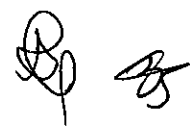
**Anexo I ao Contrato OCS nº 313/2016**

**ANEXO I AO CONTRATO OCS Nº 313/2016**  
**PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

O **CONTRATO** terá por objeto a prestação do serviço Private Credit Analysis ("PCA") para avaliação do risco de crédito de corporações, instituições financeiras ou grupos econômicos sediados no exterior, pela **STANDARD & POOR'S FINANCIAL SERVICES LLC** ("**STANDARD & POOR'S**"), sociedade constituída de acordo com as leis dos Estados Unidos da América, com sede em 55 Water Street, Nova York, Estado de Nova York, Estados Unidos da América ("**CONTRATADA**"), mediante solicitação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("**BNDES**"), compreendendo os seguintes aspectos:


- 1.1. O PCA tem por objetivo a avaliação do risco de crédito internacional de instituições financeiras, não financeiras ou grupo econômico (visão consolidada na holding final do grupo, sociedade imediatamente anterior ao controle exercido por pessoas físicas – podendo esse escopo ser reduzido a critério do **BNDES**), observados os seguintes aspectos:
  - 1.1.1. o PCA não é um processo de avaliação de risco de crédito completo, sendo realizada sem os benefícios de uma classificação de risco de crédito mais abrangente, já que não conta com a realização de visitas ou reuniões com representantes das entidades avaliadas;
  - 1.1.2. o PCA não deve avaliar o risco de crédito da emissão de títulos ou da operação, tem como intuito avaliar o risco de crédito do emissor;
  - 1.1.3. o PCA deverá conter o resultado da avaliação, na forma do item 1.2 abaixo, acompanhado de uma descrição sumária da empresa, seus pontos fortes e fracos, uma análise sumária tanto do perfil de risco de negócios quanto do perfil de risco financeiro e uma justificativa para a nota atribuída.
- 1.2. O PCA deve conter opinião formal da **CONTRATADA** que opinará sobre o nível de crédito (bb, por exemplo) sem precisão quanto ao subnível (BB+ ou BB-).
- 1.3. A escala utilizada para a análise de crédito privada deve ser global e idêntica a usualmente adotada para as Classificações de Risco emitidas pela **CONTRATADA**.



- 1.4. O PCA deverá ser elaborado a partir de informações fornecidas pelo BNDES, e/ou informações obtidas através da rede internacional da CONTRATADA e/ou obtidas pela CONTRATADA na filial local da empresa em análise, sem qualquer envolvimento ou interveniência de qualquer matriz ou filial estrangeira da empresa em análise.
- 1.5. O PCA deverá ser realizado com base em metodologia própria da CONTRATADA.
- 1.6. O PCA terá que possuir uma análise qualitativa (com indicação clara dos pontos fortes e fracos) e uma análise quantitativa. O relatório de análise de crédito privada (PCA) terá um resumo destas análises. Em caso de dúvidas, o BNDES poderá solicitar esclarecimentos sobre o relatório. A CONTRATADA deverá atender à solicitação em até 10 (dez) dias corridos.
- 1.7. As demonstrações financeiras originais e ajustadas utilizadas na análise quantitativa do respectivo relatório de PCA deverão ser disponibilizadas ao BNDES, em até 10 (dez) dias corridos, caso seja solicitado à CONTRATADA, desde que não contrarie a confidencialidade da informação, conforme disposto no ITEM 9. As informações poderão ser necessárias para a realização de cálculos de limites de exposição e realização de outras análises pelo BNDES.
- 1.8. Cada análise PCA será solicitada sob demanda pelo BNDES por meio de email ou carta para o endereço informado pela CONTRATADA, contendo a definição da entidade a ser avaliada e a documentação mínima requerida (descrita no CONTRATO) para a prestação do serviço.
- 1.9. O serviço será contratado para emissão de 100 (cem) relatórios durante o prazo de vigência do CONTRATO, com a previsão de demanda mínima garantida de 75 (setenta e cinco) análises de PCA.

## 2. CRONOGRAMA DE REALIZAÇÃO DO SERVIÇO

- 2.1 O prazo previsto para confecção e entrega de cada relatório de análise de crédito privada será de até 35 (trinta e cinco) dias corridos, a partir da entrega da seguinte documentação mínima requerida: (i) organograma do grupo até o nível do acionista controlador; (ii) demonstrações financeiras consolidadas e auditadas dos últimos 3 anos (preferencialmente, dos últimos 5 anos); (iii) relatórios anuais dos últimos 3 anos (preferencialmente, dos últimos 5 anos); e (iv) quando disponível, apresentação do "MD&A – Management Discussion and Analysis" (ou "Comentários da Administração") sobre os últimos resultados trimestrais.





- 2.2 O relatório deverá ser encaminhado em uma via em inglês contendo os aspectos descritos no item 1.1.3. e a identificação do analista responsável pela análise.

### 3. VIGÊNCIA DO CONTRATO

O **CONTRATO** terá vigência pelo prazo de 60 (sessenta) meses, a contar da data da assinatura, observado o disposto no art. 57, II, e §4º da Lei nº 8.666/93.

### 4. LOCAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Todos os serviços serão executados nas dependências da **CONTRATADA** observando-se a possibilidade de a **CONTRATADA**, dada a sua atuação global, prestar os serviços por intermédio de equipe alocada nos países em que possui subsidiárias.

### 5. PREÇO

5.1 O **BNDES** pagará à **CONTRATADA**, pela execução dos serviços descritos no item 1 acima, o valor global de até US\$ 1.140.000,00 (um milhão, cento e quarenta mil dólares norte-americanos), correspondente a 100 análises de crédito privada (PCA), observado o custo unitário de US\$ 11.400,00 (onze mil e quatrocentos dólares norte-americanos) para cada PCA.

5.1.1 Eventual acréscimo ou supressão do montante contratado por iniciativa do **BNDES** estará limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

5.1.2 Para eventual supressão superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, será necessária anuência prévia da **CONTRATADA**, conforme previsto no art. 65, § 1º, II, da Lei nº 8.666/93.

5.2 Todo e qualquer tributo incidente sobre qualquer ato e/ou operação resultante das operações previstas no **CONTRATO** serão incorridos pelo contribuinte em questão, conforme definido pela legislação tributária aplicável.

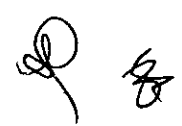
### 6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 6.1. O **BNDES** efetuará o pagamento referente à prestação dos serviços de PCA realizados no período, em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento das respectivas *invoices* (notas fiscais/faturas).
- 6.2. A emissão das *invoices* (notas fiscais/faturas) deverá ocorrer, após o ateste pelo Gestor do **CONTRATO**, indicado no **ITEM 12** aos serviços prestados no período. O ateste do Gestor poderá ser enviado por uma mensagem eletrônica, confirmando a prestação do serviço.
- 6.3. Os valores serão pagos pelo **BNDES**, em dólares dos Estados Unidos, mediante depósito em conta bancária no exterior devidamente identificada na *invoice* a ser emitida pela **CONTRATADA**, considerada a taxa de câmbio PTAX (taxa de compra) divulgada pelo Banco Central do Brasil no dia útil imediatamente anterior à data do pagamento, conforme publicada em sua página na internet (cujo endereço, na presente data, é <http://www.bcb.gov.br>), ou, no caso de sua extinção, outra que vier a ser divulgada oficialmente.
- 6.4. A *invoice* deverá ser encaminhada ao **BNDES** (i) por meio eletrônico para o e-mail [nfe@bndes.gov.br](mailto:nfe@bndes.gov.br); ou (ii) por via física com a seguinte identificação:
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES  
CNPJ Nº 33.657.248/0001-89  
PROTOCOLO GERAL DO BNDES – TÉRREO  
AV. REPÚBLICA DO CHILE, N.º 100 - CEP 20.031-917 – RIO DE JANEIRO/RJ
- 6.5. Caso o **BNDES** não efetue o pagamento na forma prevista neste item, em decorrência de fato não atribuível à **CONTRATADA**, aos valores devidos serão acrescidos juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, *pro rata tempore*, calculados desde o dia do vencimento até a data da efetiva liquidação.

## 7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estabelecidas no **CONTRATO** em seus **ANEXOS** ou em lei, particularmente na Lei nº 8.666/93, constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- 7.1. Observar, na execução do **CONTRATO**, todas as condições estabelecidas no **CONTRATO** e na proposta comercial apresentada.



- 7.2. Manter durante a vigência do **CONTRATO** todas as condições exigidas na ocasião da contratação, comprovando-as, após solicitação por escrito do **BNDES**.
- 7.3. Reparar todos os danos e prejuízos causados ao **BNDES**, que comprovadamente sejam de sua responsabilidade, bem como por erros ou falhas na execução ou administração deste **CONTRATO** não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do Gestor do **CONTRATO**, observando-se que:
- (a) O montante da soma de toda e qualquer indenização a ser eventualmente paga pela **CONTRATADA** durante todo o prazo de vigência do **CONTRATO** será limitado ao valor global do **CONTRATO**; e
  - (b) a **CONTRATADA** não será responsável por quaisquer decisões tomadas pelo **BNDES** ou por quaisquer terceiros em consequência do resultado do PCA e da opinião sobre o nível de crédito emitida pela **CONTRATADA** de acordo com o presente **CONTRATO** ou com base em qualquer outro instrumento, material ou informação que aparente ser uma sugestão ou recomendação de tomada de decisões.
- 7.4. Cumprir, durante a execução do **CONTRATO**, as leis federais, estaduais e municipais vigentes ou que entrarem em vigor, que imponham obrigações à **CONTRATADA**, sendo a única responsável pelas infrações cometidas.
- 7.5. Designar 01 (um) empregado como responsável pelo **CONTRATO** firmado com o **BNDES**, para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor da **CONTRATADA**, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste instrumento.
- 7.6. Garantir que o objeto da contratação não infringe quaisquer patentes, marcas, direitos autorais, Know-how ou trade-secrets de terceiros, sendo responsável pelos prejuízos, inclusive honorários de advogados, custas e despesas decorrentes de qualquer medida ou ação judicial ou processo iniciado contra o **BNDES**, por acusação dessa espécie, devendo a **CONTRATADA** ser chamada a comparecer ao processo pela melhor forma prevista em direito. Qualquer obrigação de indenizar nos termos do **CONTRATO** estará sujeita à limitação de montante estabelecida na Cláusula 7.3 acima.
- 7.7. Observar os princípios, valores e compromissos éticos estabelecidos na legislação vigente, assegurando-se que seus representantes legais e que todos os profissionais envolvidos na execução do objeto deste Contrato pautem seu comportamento em tais vetores, especialmente no que se refere aos ditames da boa-fé e probidade.



## 8 GARANTIA CONTRATUAL

Será dispensada a constituição de garantia.

## 9 OBRIGAÇÕES RELATIVAS À CONFIDENCIALIDADE

- 9.1 As partes reconhecem que o **CONTRATO** será celebrado com o fornecimento de informações privadas do **BNDES**, que podem e devem ser consideradas "segredo empresarial" ("Informações Confidenciais"). Essas informações deverão ser tratadas como confidenciais em toda e qualquer situação e não poderão ser divulgadas, sem prévia autorização expressa do Gestor do **CONTRATO** ou da CONTRATADA, conforme o caso, a terceiros não autorizados, inclusive: i) empregados das partes que não o Gestor do **CONTRATO** e seu substituto e ii) empregados das partes que não necessitem ter acesso às informações confidenciais, em decorrência da prestação do serviço a ser contratado.
- 9.2 Não obstante o exposto acima, não serão consideradas Informações Confidenciais aquelas que:
- I. Sejam de conhecimento da parte receptora no momento de seu recebimento;
  - II. Sejam de conhecimento público no momento de seu recebimento;
  - III. Vierem a se tornar de conhecimento público (por ato de qualquer outra pessoa que não a CONTRATADA ou o BNDES, conforme o caso) após seu recebimento;
  - IV. Tenham sido fornecidas legalmente à parte receptora por terceiros, posteriormente ao seu recebimento;
  - V. Tenham sido desenvolvidas de forma independente pela parte receptora sem referência às Informações Confidenciais;
  - VI. A divulgação pública pela parte receptora seja aprovada pela parte fornecedora das informações ou material ou;
  - VII. A divulgação pela parte receptora seja exigida por lei, desde que a parte receptora, se possível, ciente anteriormente a outra parte dessa exigência de divulgação e forneça assistência razoável (às custas da parte fornecedora das informações) para contestar essa divulgação.
- 9.3 Em caso de dúvida sobre a confidencialidade de alguma informação, a parte receptora não poderá divulgá-la até manifestação em contrário da outra parte, mais especificamente o Gestor do Contrato na hipótese do **BNDES** ser a parte fornecedora da informação. Em nenhuma hipótese, a ausência de manifestação expressa da parte fornecedora das



informações poderá ser interpretada como liberação da obrigação prevista nesta Cláusula.

- 9.4 As partes devem alertar todos os seus funcionários, agentes e prestadores de serviços, que podem estar direta ou indiretamente envolvidos na prestação do serviço objeto deste **CONTRATO**, sobre a observância aos termos deste item, adotando todas as medidas e precauções necessárias para o cumprimento do dever de confidencialidade, bem como se responsabilizar por eventual infração cometida pelos profissionais envolvidos no fato, evento ou atividade que violou o dever de confidencialidade.
- 9.5 Cada uma das partes obriga-se a prontamente notificar a outra parte da ocorrência de qualquer evento que importe em violação às regras de confidencialidade previstas neste item, decorrente da ação ou omissão da parte receptora ou dos profissionais envolvidos direta ou indiretamente na execução dos serviços, independente da existência de intenção em violá-las.
- 9.6 A parte receptora deverá observar tanto na execução do **CONTRATO** quanto após sua extinção, o sigilo das informações pelo prazo previsto na Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2011, e demais legislações correlatas quanto ao sigilo fiscal, bancário, empresarial e industrial.
- 9.7 O dever de confidencialidade previsto neste item deverá ser estendido aos integrantes ou participantes envolvidos na execução dos serviços objeto deste **CONTRATO** e a parte receptora deverá tomar as medidas legais cabíveis para assegurar o cumprimento dessas obrigações.
- 9.8 Não obstante o disposto nesta Cláusula 9, a partir da data de assinatura do presente instrumento, a **CONTRATADA** utilizará as Informações Confidenciais para a atribuição e o acompanhamento dos PCAs e poderá, também, utilizar tais Informações Confidenciais para fins de pesquisa e modelagem, desde que elas não sejam apresentadas de forma que permita a sua vinculação direta ao **BNDES**. A **CONTRATADA** concorda que, desde que não sejam divulgadas diretamente, as Informações Confidenciais poderão ser usadas para elevar, rebaixar, cancelar ou colocar qualquer classificação de risco de crédito em *CreditWatch* ou para alterar a perspectiva a ela atribuída.

## 10 EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

- 10.1 As partes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do **CONTRATO**, a ser realizado mediante repactuação ou revisão de preços, conforme disposto na legislação aplicável, destacando-se o seguinte:

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.



- I. A repactuação de preços poderá ser requerida pela **CONTRATADA**, observado o prazo mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do **CONTRATO**, ou da data da última repactuação, cabendo à **CONTRATADA** a apresentação de informações que comprovem a elevação de custos para o período;
- II. A revisão de preços poderá ser deferida pelo **BNDES**, mediante requerimento da **CONTRATADA**, que comprove a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no **CONTRATO**;
- III. Independentemente de solicitação, o **BNDES** poderá convocar a **CONTRATADA** para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado, a ser mutuamente acordado entre as partes ao **CONTRATO**;
- IV. Os efeitos financeiros da repactuação e/ou revisão de preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do **CONTRATO**, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária; e
- V. As alterações decorrentes de repactuações e de revisões de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos. Caso as partes não atinjam um consenso quanto às repactuações, reduções e/ou revisões de preços, os termos e condições estabelecidos no **CONTRATO** deverão ser mantidos e observados pelas partes até o término ou rescisão deste instrumento, observadas as disposições da Lei nº 8.666/93.

## 11 RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a contratação correspondem ao serviço nº 3000029 – Assessoria Técnica e serão alocadas à rubrica orçamentária nº 3102200020 - D Op/D Adm /Serv Terc/Especializ-Ass Tec., no centro de custo BN23007000.



## 12 GESTOR DO CONTRATO

Designar, como Gestor do **CONTRATO**, o Chefe de Departamento (AC/DECRE), função atualmente exercida por Roberto Alexandre Elias Afonso, matrícula nº 06097-6, a quem caberá a avaliação da prestação dos serviços, a liquidação da despesa, o atestado de cumprimento das obrigações assumidas, consoante as disposições do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, e a fiscalização direta de sua execução, e, como substituto, o empregado Jorge Claudio Cavalcante de Oliveira Lima, matrícula nº 06092-5, que exerce atualmente a função de Gerente (AC/DERISC).

## 13 REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA

- 13.1 Designar, como Representante Legal da Contratada no Brasil, a Sra. Regina Helena Jorge Nunes, CPF: 112.946.628-08 que exerce atualmente a função de Diretora Executiva.
- 13.2 O **BNDES** deverá ser comunicado imediatamente caso seja necessária a alteração do representante legal durante a vigência do **CONTRATO** e a **CONTRATADA** deverá enviar os documentos do novo representante legal no Brasil para que análise e anuência do **BNDES**.

## 14 CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO E DIREITOS

O **CONTRATO** e as obrigações dele decorrentes não poderão ser cedidos ou transferidos pela **CONTRATADA**, salvo mediante prévia autorização do **BNDES**, observando-se a possibilidade de a **CONTRATADA**, dada a sua atuação global, prestar os serviços por intermédio de equipe alocada nos países em que possui subsidiárias.

## 15 PENALIDADES

- 15.1 Em caso de descumprimento ou inobservância de quaisquer obrigações contratuais e/ou legais, sem justificativa, a **CONTRATADA** ficará sujeita às seguintes penalidades:
- I. Advertência;
  - II. Multa:
    - a) de até 10% (dez por cento) sobre o valor de cada solicitação de PCA efetuada, no caso de inexecução total ou parcial do seu objeto, observada a seguinte sistemática:

Nº de Dias Úteis de Atraso	Pena Convencional
1	2%
2	4%
3	6%
4	8%
5 dias ou mais	10%

b) de até 5% (cinco por cento), apurada de acordo com a gravidade da infração, incidente sobre o valor total do Contrato, para o descumprimento de outras obrigações contratuais, que não estejam previstas no subitem acima.

III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **BNDES**, por prazo não superior a 2 (dois) anos apurado em razão da natureza e gravidade da infração cometida.

- 15.2 As penalidades enumeradas acima somente poderão ser aplicadas em procedimento administrativo prévio, assegurados o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;
- 15.3 A imposição das sanções previstas neste item não impede a rescisão unilateral do **CONTRATO** pelo **BNDES**;
- 15.4 As sanções previstas neste item poderão ser aplicadas cumulativamente.

## 16 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 16.1 Aplicação da lei da República Federativa do Brasil para a execução do **CONTRATO**.
- 16.2 Eleição do foro da cidade do Rio de Janeiro para solucionar eventuais litígios decorrentes do **CONTRATO**, afastado qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14

**Anexo II ao Contrato OCS nº 313/2016**

Our Ref: ISS/ISSUER/ID 1234

São Paulo, 20 de junho de 2016

Ao  
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES  
Av. República do Chile, 100 - 4º andar  
Rio de Janeiro, RJ 20031-917

A/C.: Roberto Elias Afonso

### PROPOSTA

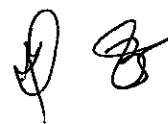
**Ref.: Análise de Crédito Privada relativo às empresas indicadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, tanto no Brasil como no exterior.**

Prezado Sr. Afonso,

Agradecemos a sua recente solicitação de Análise de Crédito Privada ("ACP") à Standard & Poor's Rating Services ("Standard & Poor's"). O presente contrato (o "Contrato"), inclusive os Termos e Condições anexos, os quais estão expressamente aqui incorporados e passam a fazer parte do presente Contrato, estabelecem os termos e as condições do serviço de ACP relativo às empresas indicadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, tanto no Brasil como no exterior (doravante a "Empresa") a ser prestado pela Standard & Poor's ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (doravante "V.Sa.").

Descrição dos Serviços. Uma ACP consiste em uma ferramenta objetiva oferecida a gestores financeiros, de crédito, de risco e de investimentos para a gestão e/ou avaliação de risco de crédito. A ACP incluirá uma estimativa de crédito, que é uma indicação confidencial da provável classificação de crédito corporativo da Empresa, realizada com base em uma metodologia analítica condensada. A ACP consiste em um resumo de várias páginas do perfil financeiro e comercial, que normalmente contém uma descrição dos pontos fortes da empresa, suas vulnerabilidades e principais índices financeiros. Embora a ACP não forneça uma classificação formal, a análise será feita por meio de nossa metodologia tradicional de classificação, e será apresentada de acordo com nossa escala de classificação formada por letras e notas, com base em um breve embasamento.

Honorários e Despesas. Pelo serviço de ACP, V.Sa. pagará à Standard & Poor's honorários equivalentes a US\$ 11,400.00 (onze mil e quatrocentos dólares) para cada PCA solicitada por V.Sa. Fica estabelecido que a Standard & Poor's será contratada para a emissão de 100 PCAs (demanda contratada) durante o prazo de vigência do contrato (5 anos), com a previsão de demanda mínima garantida de 75 PCAs e demanda máxima de 125 PCAs. Dessa forma V.Sa. pagará à Standard & Poor's pela prestação do serviço acima descrito um valor total de US\$ 1.140.000,00 (um milhão, cento e quarenta mil dólares), equivalentes nesta data a R\$ 3.857.190,00 (três milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, cento e noventa reais) aplicada a taxa BACEN de R\$ 3,3835 em 20 de junho de 2016. A demanda mínima garantida será de 75 (setenta e cinco) PCAs, o que corresponde a US\$ 855,000.00 (oitocentos e cinquenta e cinco mil dólares) equivalentes nesta data a R\$ 2.892.892,50 (dois milhões, oitocentos e noventa e dois mil, oitocentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos) aplicada a mesma taxa BACEN acima mencionada. V.Sa. poderá exceder a demanda contratada em até 25%.




145  
74

Divulgação da ACP. A Standard & Poor's poderá autorizar V.Sa. a divulgar a ACP a até duas entidades, mediante solicitação por escrito, mas em nenhuma circunstância a participantes do mercado de capitais ou do mercado de crédito. A divulgação da ACP será permitida somente sob as seguintes condições: (a) a distribuição deverá seguir a legislação aplicável, (b) a ACP deverá ser fornecida em sua totalidade, (c) a ACP deve conter uma nota de rodapé com o seguinte conteúdo: "Análise de Crédito Privada realizada em [inserir data da ACP]. Desde referida data, a Standard & Poor's não realizou qualquer revisão da presente Análise de Crédito Privada, e, portanto, o resultado de uma análise atual pode ser diferente da anterior.", (d) V.Sa. não deve editar ou alterar, em qualquer forma, a ACP, e (e) os destinatários da ACP devem firmar acordo por escrito com V.Sa. concordando em manter a confidencialidade da ACP. Este parágrafo complementa expressamente o parágrafo intitulado "Divulgação da Análise de Crédito Privada" constante dos Termos e Condições anexos, e representa o consentimento por escrito da Standard & Poor's para a divulgação descrita neste parágrafo, além da divulgação autorizada nos Termos e Condições anexos.

Sua assinatura abaixo representa sua aceitação das declarações contidas neste Contrato, bem como sua concordância em cumprir integralmente os termos e as condições deste Contrato, inclusive seu entendimento integral do escopo e das limitações da Análise de Crédito Privada. V.Sa. deve devolver uma via assinada desta carta à Standard & Poor's Ratings Services, a/c de Miguel Cunha, por serviço postal, para o seguinte endereço: 55 Water Street, 39<sup>th</sup> floor, New York, NY 10041-0003, Estados Unidos da América, ou por e-mail, para o seguinte endereço eletrônico: [miguel.cunha@sandp.com](mailto:miguel.cunha@sandp.com).

A Standard & Poor's ficará honrada com a oportunidade de atendê-los. Para maiores informações, visite nossa página na Internet, em [www.standardandpoors.com](http://www.standardandpoors.com). Por favor contate-nos caso possamos auxiliá-los de qualquer outra forma. Obrigado por escolher a Standard & Poor's. Esperamos trabalhar com V.Sa.

**STANDARD & POOR'S RATINGS SERVICES,**  
uma empresa Standard & Poor's Financial Services LLC

Por:   
Nome: BRUCE SCHACHNE  
Cargo: HEAD OF SALES, AMERICAS

CONFIRMADO, LIDO E APROVADO  
NA PRIMEIRA DATA ACIMA INDICADA:

**Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES**

Por: \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

Anexo: Termos e Condições Aplicáveis à Análise de Crédito Privada

**Standard & Poor's Ratings Services  
Termos e Condições Aplicáveis à  
Análise de Crédito Privada**

Escopo da Análise de Crédito Privada. V.Sa. reconhece e concorda que (i) uma Análise de Crédito Privada significa uma opinião sobre a estimativa de solvência de uma contraparte e que a qualidade efetiva de crédito pode ser maior ou menor, (ii) uma Análise de Crédito Privada não é uma previsão do desempenho futuro e efetivo da Empresa, (iii) nós não garantimos (e nem podemos garantir) a adequação de uma Análise de Crédito Privada para uma finalidade ou uso específicos, (iv) uma Análise de Crédito Privada é fornecida sem garantias expressas ou implícitas, seja de que forma for, (v) ao fornecer uma Análise de Crédito Privada, não estamos fornecendo nenhuma classificação (*rating*), (vi) uma Análise de Crédito Privada não deve ser interpretada como tendo sido realizada com o rigor e nível de detalhamento exigidos nas classificações de risco (*rating*) realizadas pela Standard & Poor's, (vii) uma Análise de Crédito Privada não constitui uma declaração de fatos passíveis de serem confirmados, (viii) uma Análise de Crédito Privada baseia-se em informações fornecidas à Standard & Poor's por V.Sa. ou seus representantes, bem como em informações públicas obtidas pela Standard & Poor's através de fontes que ela considera serem confiáveis, (ix) a Standard & Poor's não realiza qualquer auditoria relacionada à Análise de Crédito Privada, e uma Análise de Crédito Privada não representa uma auditoria por parte da Standard & Poor's, (x) a Standard & Poor's presume a exatidão e integridade, conforme indicado por você, de seus contadores, advogados e outros profissionais especializados, das informações submetidas para a realização da Análise de Crédito Privada, (xi) a Standard & Poor's não assume nenhum compromisso de auditoria legal ou de verificação de informações, (xii) a Standard & Poor's não garante (e nem pode garantir) a exatidão, integridade e tempestividade das informações que serviram de base para a Análise de Crédito Privada ou dos resultados obtidos pelo uso de tais informações, e (xiii) uma Análise de Crédito Privada não representa uma classificação (*rating*) de "mercado" nem uma recomendação de compra, manutenção ou venda de qualquer instrumento financeiro.

Divulgação da Análise de Crédito Privada. A Análise de Crédito Privada é fornecida exclusivamente para uso interno de V.Sa., na determinação da qualidade de crédito da Empresa. A Análise de Crédito Privada, inclusive a estimativa de crédito, não deverá ser informada a outras pessoas, exceto em caráter confidencial a funcionários de sua empresa e respectivas subsidiárias, incluindo seus auditores e autoridades reguladoras. Qualquer forma de distribuição da Análise de Crédito Privada a quaisquer outras pessoas requer o consentimento prévio e por escrito da Standard & Poor's. A Standard & Poor's não publicará ou divulgará a Análise de Crédito Privada. A Standard & Poor's se reserva o direito de modificar ou aperfeiçoar sua metodologia de estimativas de crédito e de Análise de Crédito Privada. A Standard & Poor's poderá publicar, de tempos em tempos, esclarecimentos sobre seus critérios de classificação, sendo que nenhuma disposição contida no presente Contrato deverá ser interpretada como limitação da capacidade da Standard & Poor's de alterar ou aperfeiçoar seus critérios a qualquer tempo, conforme a Standard & Poor's julgar apropriado.

Informações a serem Fornecidas por V.Sa. V.Sa. deverá fornecer prontamente à Standard & Poor's todas as informações relevantes para a Análise de Crédito Privada, inclusive sobre alterações

relevantes das informações previamente prestadas à Standard & Poor's. A Análise de Crédito Privada poderá ser afetada pela opinião da Standard & Poor's sobre a exatidão, integridade, tempestividade e confiabilidade de informações recebidas de V.Sa. ou de seus representantes. A Standard & Poor's não assume dever de diligência ou de verificação independente com relação às informações prestadas por V.Sa. ou seus representantes. A Standard & Poor's se reserva o direito de suspender a Análise de Crédito Privada se V.Sa. ou seus representantes deixarem de prestar à Standard & Poor's informações exatas, completas, tempestivas e confiáveis.

Informações Confidenciais. Para fins deste contrato, "Informações Confidenciais" significa informações fornecidas por V.Sa. à Standard & Poor's e com relação às quais a Standard & Poor's recebeu de V.Sa. notificação específica e por escrito informando serem tais informações de propriedade exclusiva e de

146  
14

147  
IV

natureza confidencial. Não obstante o acima mencionado, as informações divulgadas por V.Sa. não serão consideradas Informações Confidenciais, e a Standard & Poor's não terá obrigação de tratá-las como Informações Confidenciais se essas informações (i) forem substancialmente conhecidas pela Standard & Poor's na data de tal divulgação, (ii) forem de conhecimento público na data da divulgação, (iii) passarem a ser de conhecimento público (que não seja por ato da Standard & Poor's) por ato de terceiro praticado após tal divulgação, (iv) forem legalmente divulgadas à Standard & Poor's por algum terceiro após tal divulgação por V.Sa. ou um terceiro, (v) forem independentemente desenvolvidas pela Standard & Poor's sem estarem relacionadas com as Informações Confidenciais, (vi) forem aprovadas por escrito por V.Sa. para divulgação pela Standard & Poor's, ou (vii) devam, por lei, ser divulgadas por V.Sa. ou pela Standard & Poor's. A partir da presente data, a Standard & Poor's utilizará as Informações Confidenciais exclusivamente com relação à atribuição e ao acompanhamento da Análise de Crédito Privada, e não divulgará diretamente nenhuma Informação Confidencial a terceiros. A Standard & Poor's poderá também utilizar as Informações Confidenciais para fins de pesquisa e modelagem, ressalvado que as Informações Confidenciais não sejam apresentadas de tal forma que possam diretamente associar à empresa.

A Standard & Poor's Não Atua como Consultor, Agente Fiduciário ou Especialista. A Standard & Poor's não está agindo como consultor de V.Sa. sobre assuntos de investimentos, financeiros ou de outras matérias; V.Sa. não pode e não deve considerar a Análise de Crédito Privada ou quaisquer outras informações prestadas pela Standard & Poor's como uma consultoria financeira ou de investimentos. Nenhuma disposição contida neste Contrato tem a pretensão de criar, nem deve ser interpretada como a criação de uma relação fiduciária entre a Standard & Poor's e V.Sa., ou entre a Standard & Poor's e outros destinatários do serviço de Análise de Crédito Privada. A Standard & Poor's não consentiu nem consentirá com a designação de "especialista" segundo as leis de valores mobiliários aplicáveis, inclusive, entre outras, a Cláusula 7 da Lei Norte-Americana de Valores Mobiliários de 1933 (*Section 7 of the U.S. Securities Act of 1933*).

Limitação de Danos. A Standard & Poor's, seus diretores, conselheiros, acionistas e empregados não terão qualquer responsabilidade perante V.Sa. ou qualquer outra pessoa por ações, danos, reclamações, responsabilidades, custos, despesas ou perdas de qualquer forma decorrentes ou relacionadas com a Análise de Crédito Privada ou com serviços analíticos correspondentes prestados, em valor global superior aos honorários totais pagos à Standard & Poor's pela Análise de Crédito Privada, exceto em caso de culpa ou dolo da Standard & Poor's. Em nenhuma

circunstância a Standard & Poor's, seus diretores, conselheiros, acionistas ou empregados terão qualquer responsabilidade por danos imprevistos, específicos, indiretos, incidentais, punitivos ou extrapatrimoniais, custos, despesas, honorários legais ou perdas (inclusive, entre outros, lucros cessantes ou custos de oportunidade). Ainda, entre outros, sem limitação, a Standard & Poor's não terá qualquer responsabilidade por decisões tomadas por V.Sa. ou qualquer outra pessoa em virtude da emissão da Análise de Crédito Privada ou dos serviços analíticos correspondentes prestados pela Standard & Poor's nos termos do presente instrumento, ou baseados em qualquer fato que aparente ser um aconselhamento ou recomendação. As disposições deste parágrafo serão aplicáveis independentemente do tipo de ação, dano, reclamação, responsabilidade, custo, despesa ou perda, seja de natureza contratual ou extracontratual (inclusive, entre outros, culpa) ou sob outros títulos. A Standard & Poor's não renuncia às medidas de proteção, aos privilégios ou às defesas a que tenha direito por lei, inclusive, entre outros, aquelas contidas na Primeira Emenda da Constituição dos Estados Unidos da América.

Prazo. O presente Contrato extinguir-se-á mediante a entrega da Análise de Crédito Privada a V.Sa. Não obstante o acima mencionado, as cláusulas acima intituladas "A Standard & Poor's Não Atua como Consultor, Agente Fiduciário ou Especialista" e "Limitação de Danos", continuarão em vigor após a extinção do presente Contrato ou da desistência da Análise de Crédito Privada.

Terceiros Beneficiários. Nenhuma disposição deste Contrato ou a Análise de Crédito Privada, quando emitida, tem o intuito de criar, nem deverá ser interpretada como a criação de direitos em nome de terceiros, inclusive, entre outros, sem limitação, qualquer destinatário da Análise de Crédito Privada. Nenhuma





pessoa será considerada um terceiro beneficiário do presente Contrato ou da Análise de Crédito Privada, quando emitida.

Efeito Vinculativo. O presente Contrato obrigará as partes e reverterá em seu benefício e de seus sucessores e cessionários.

Independência das Disposições. Caso algum termo ou disposição deste Contrato seja considerado inválido, nulo ou inexecutável, as demais disposições deste Contrato não serão afetadas, prejudicadas ou invalidadas, e cada termo e disposição será válido e executável na medida máxima permitida por lei.

Acordo Integral. O presente Contrato representa o acordo integral entre as partes com respeito ao assunto aqui tratado. O presente Contrato não poderá ser modificado, exceto por meio de instrumento por escrito, assinado pelos representantes de ambas as partes.

Legislação Aplicável. O presente Contrato e a Análise de Crédito Privada serão regidos pelas leis internas da República Federativa do Brasil. As partes concordam em caráter irrevogável que os tribunais federais do Rio de Janeiro, Brasil, serão os tribunais exclusivos para qualquer controvérsia que decorra ou se relacione a este Contrato ou a(s) carta(s) de classificação de risco de crédito e as partes neste ato consentem com a competência em relação à pessoa desses tribunais.


148  
14

**Anexo III ao Contrato OCS nº 313/2016**

**CERTIFICATION**

I, Wen Wu, Assistant Secretary of Standard & Poor's Financial Services LLC, a Delaware Limited Liability Company (the "Company"), do hereby certify that Ms. Regina Nunes, Brazilian, married, MBA licensed, ID RG N°13.021.543-0, issued by the SSPSP and CPF N°112.946.628-05, is Office Head of the Sao Paulo office of the Company, and is authorized to a) sign engagement letters and services proposals for providing rating services in connection with ratings and/or credit assessment services, b) receive all types of notices and requests in connection with such engagement letters and services proposals, and c) receive court requests and summons in connection with the above.

IN WITNESS WHEREOF, I have hereunto set my hand and affixed the seal of the Company as of the 10th day of March, 2016.

  
 Name: Wen Wu  
 Title: Assistant Secretary

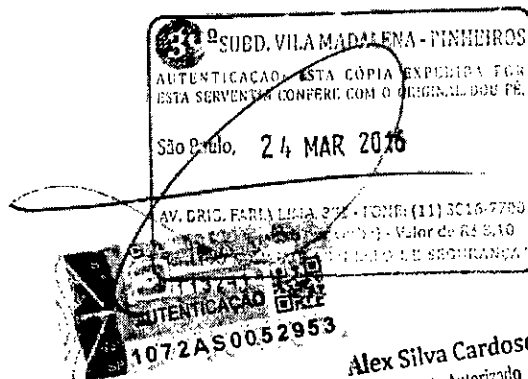
**SEAL**

State of New York  
 County of New York

Subscribed and sworn to before  
 me this 10th day of March, 2016

  
 Notary Public

JANE ANNE CONBOY  
 Notary Public, State of New York  
 No. 01C06317200  
 Qualified in New York County  
 Commission Expires December 29, 2018



CERTIFICATION Brazil-Nunes-Notices-2







ISA FERRAZ LEAL FERREIRA  
Tradutora Pública e Intérprete Comercial - Oficial Translator  
IDIOMA INGLÊS - Matrícula JUCESP nº 1040  
CPF: 126.972.538-66 - CCM: 2.037.905.6  
R. Sen. César Lacerda Vergueiro, 55 - São Paulo - SP - Brasil - CEP 05435-060  
Fone/fax: 3034-0940 / 3034-0952

Tradução nº 10091

Livro nº 075

Folha nº 118

*Certifico e dou fé, para os devidos fins, que me foi apresentado um documento em inglês, que traduzi para o vernáculo da seguinte forma:*

Estado de Nova York }  
Condado de Nova York } ss:

Formulário 1  
Nº 193726

Eu, **Milton Adair Tingling**, Escrivão do Condado de Nova York, e Escrivão do Supremo Tribunal nesse e para esse condado, sendo ele um tribunal de registro que possui um selo, **CERTIFICO, POR ESTE INSTRUMENTO, QUE**

**JANE ANNE CONBOY**

cujo nome está assinado no instrumento original em anexo, foi comissionado(a) e qualificado(a) como TABELIÃO(Ã) PÚBLICO(A) e após sua assinatura original, neste cartório, e que ele/ela estava, no momento em que recebeu essa prova ou esse reconhecimento ou juramento, devidamente autorizado(a), pelas leis do Estado de Nova York, a recebê-lo: que ele/ela está familiarizado(a) com a assinatura desse(a) funcionário(a) público(a) ou comparou a assinatura que consta no certificado de prova, reconhecimento ou juramento, com a assinatura original arquivada em seu cartório por esse(a) funcionário(a) público(a), e acredita que a assinatura no instrumento original é autêntica.

EM TESTEMUNHO DO QUÊ, após neste documento minha assinatura e meu selo oficial, neste dia

14 de março de 2016

[Assinatura]  
Escrivão do Condado, Condado de Nova York  
Selo oficial: Condado de Nova York | 1º de novembro de 1683

[Consta, no verso, em vernáculo, reconhecimento da assinatura de Milton Adair Tingling pelo Consulado-Geral do Brasil em Nova York, em 14 de março de 2016]

[Carimbo: 103374]

#### ATESTADO

Eu, **Wen Wu**, Secretário Assistente da Standard & Poor's Financial Services LLC, uma empresa de responsabilidade limitada de Delaware (a "Empresa"), atesto, neste ato, que a Sra. Regina Nunes, brasileira, casada, licenciada pela MBA, portadora da cédula de Identidade RG nº 13.021.543-0, emitida pela SSP-SP, e do CPF nº 112.946.628-05, é Chefe do Escritório da Empresa em São Paulo, e que ela está autorizada a) a assinar cartas de compromissos e propostas de serviços referentes à prestação de serviços de classificação, em relação a serviços de classificação e/ou avaliação de crédito, b) a receber todos os tipos de notificações e solicitações em relação a essas cartas de compromisso e propostas de serviços e c) a receber notificações em juízo e intimações relacionadas ao acima exposto.

EM TESTEMUNHO DO QUÊ, após minha assinatura e afixei o selo da Empresa na data de 10 [Manuscrito] de março de 2016.

[Assinatura]  
Nome: Wen Wu  
Cargo: Secretário Assistente

[Consta selo da Standard & Poor's]

SELO

Estado de Nova York  
Condado de Nova York

Assinado e juramentado em minha presença neste dia 10 [manuscrito] março de 2016

[Assinatura]  
Tabelião Público

Carimbo:

JANE ANNE CONBOY  
Tabelião Público, Estado de Nova York  
Registro nº 01C06317200  
Habilitada no Condado de Nova York  
Mandato termina em 29 de dezembro de 2018

[Consta carimbo em alto relevo de Jane Anne Conboy, Tabelião Público]  
[Consta rodapé: CERTIFICADO Brazil-Nunes-Notices-2]  
São Paulo 24 MAR 2016

*Dou fé desta tradução, que devolvo acompanhada do documento a mim apresentado, ao qual afixei meu carimbo com o número da tradução e minha rubrica.*

São Paulo, 23 de março de 2016

ISA F. LEAL FERREIRA

Alex Silva Cardoso  
Escrivente Autorizado

